

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

**CLAUDETE SANTOS DE LIMA  
LEANDRA ARAUJO DE SOUZA  
MARIA DO ROSÁRIO FERNANDES N. ROCHA**

**ESTUDO TERRITORIAL: INSTRUMENTAL DE INTERVENÇÃO  
PROFISSIONAL**

**SÃO PAULO  
2009**

**CLAUDETE SANTOS DE LIMA  
LEANDRA ARAUJO DE SOUZA  
MARIA DO ROSÁRIO FERNANDES N. ROCHA**

**ESTUDO TERRITORIAL: INSTRUMENTAL DE INTERVENÇÃO  
PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para  
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social da  
Universidade de Santo Amaro, sob a orientação da  
Prof<sup>a</sup>. Caroline Paula Silva Marques de Souza.

**SÃO PAULO  
2009**

Claudete Santos de Lima  
Leandra Araujo de Souza  
Maria do Rosário Fernandes Nogueira Rocha

ESTUDO TERRITORIAL: INSTRUMENTAL DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social a Faculdade de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.

Data de aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>.: Caroline Paula Silva Marques de Souza (Orientadora)

---

Prof. M. S.: Gerson Heidrich (Leitor)

CONCEITO FINAL: \_\_\_\_\_

Dedicamos este trabalho a Prof<sup>a</sup> Viviane Diniz, que foi nossa principal incentivadora na escolha do tema e pelo apoio no início do projeto, em discutir um tema tão importante para o Serviço Social, tão pouco pesquisado e apresentado em monografias.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que iluminou mais essa etapa da minha vida. A minha família pela compreensão, durante minhas ausências no decorrer desses quatro anos e pelo apoio nos momentos de alegria e dificuldade.

A Claudete e Leandra, companheiras inseparáveis, pela compreensão e paciência que tiveram comigo. Meus colegas de sala e todos os professores, pela grande ajuda, apoio e incentivo.

A todos os meus amigos, que me incentivaram e apoiaram nas horas difíceis com palavras de estímulo e conforto.

Maria do Rosário Fernandes Nogueira Rocha

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me dar luz e força para continuar mesmo diante das dificuldades.

A minha família, em especial meus pais que com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até essa etapa da minha vida.

A Priscila e o Ricardo, pela amizade e companheirismo durante esses quatro anos.

A Regina Vampré, pela força, determinação e por suas palavras de incentivo nos momentos alegres e difíceis.

Aos velhos amigos, que sempre estiveram comigo, pelo apoio e compreensão por minhas ausências.

Aos novos amigos e colegas de classe por proporcionarem momentos de alegria e aprendizado.

A Rosário, pela paciência e determinação, além dos almoços e lanches de todos os finais de semana.

A Claudete, por sua sabedoria e simplicidade.

A todos os professores da Faculdade de Serviço Social, que foram tão importantes para minha formação acadêmica.

Leandra Araújo de Souza

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu marido Sepe Tiaraju pelo incentivo, companheirismo e compreensão.

A minha família pela paciência e carinho que tiveram comigo nesta etapa da minha vida.

As Assistentes Sociais Antonia Cecília e Carmen Lucia pelas preciosas orientações teóricas e prática vividas, que me passaram nestes quatro anos, de estagiária.

A meus colegas da enfermagem que colaboraram incentivando – me; e a todos os companheiros de trabalho do CRST/SA. A minhas colegas de grupo Leandra e Maria que durante estes quatro anos estiveram enfrentando mais esta jornada.

Claudete Santos de Lima

“As coisas mais compensadoras  
que você fará em sua vida,  
serão em geral,  
aquelas que pareciam impossíveis  
num primeiro momento.”  
(Arnold Palmer)

## Resumo

O objetivo do presente Trabalho de Conclusão de Curso é analisar o Estudo Territorial como instrumental de intervenção profissional do Presença Social nas Ruas – Santo Amaro, através de reflexões concretas obtidas na investigação, observando a realidade estudada e identificando as potencialidades e limitações profissionais, a fim de conhecer quais são as possibilidades de intervenção, conquistas e entraves do assistente social. Foram utilizadas como técnica metodológica a pesquisa qualitativa, análise documental institucional e entrevistas abertas, semi estruturadas, gravadas e transcritas com 2 (dois) assistentes sociais e o coordenador da instituição, para a coleta de dados, bem como o acompanhamento do trabalho de 2 (dois) agentes de proteção social durante a realização de abordagens à pessoas em situação de rua. O Presença Social nas Ruas - Santo Amaro atende, monitora e mantém vigilância nos pontos de concentração de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua nos bairros de Santo Amaro, Campo Belo e Campo Grande, através de abordagens diárias, sistemáticas e planejadas pela equipe técnica e agentes de proteção social. As informações colhidas, através de fichas e são utilizadas na discussão de caso com os assistentes sociais e demais técnicos, para levantamento das necessidades, orientações, acompanhamentos e encaminhamentos. O trabalho é desenvolvido a partir do estudo territorial, que é iniciado pelos agentes de proteção social, com a identificação dos pontos de concentração de pessoas em situação de rua e a localização dos equipamentos públicos que constituirão a rede de apoio. As principais intervenções das assistentes sociais são o estudo de caso, capacitação dos agentes, reuniões, relatórios, encaminhamentos para rede de referências e visitas domiciliares. Apesar das assistentes sociais demonstrarem compreensão teórica sobre o significado do estudo territorial, não observamos sua efetivação através da prática. Suas ações são pontuais e restritas a rotina burocrática institucional, sem o reconhecimento das possibilidades de intervenção proporcionadas pelo estudo territorial e os resultados que poderiam ser obtidos para propor alternativas não são efetivados. O estudo territorial ainda não é compreendido ou utilizado como uma ferramenta de trabalho das assistentes sociais.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CAPE Central de Atendimento Permanente e Emergências.

CATI Central de Atendimento Telefônico Ininterrupto.

CRECA Centro de Referência da Criança e do Adolescente.

CRAS Centro de Referência de Assistência Social.

EUA Estados Unidos da América.

IPVS Índice Pulista de Vulnerabilidade Social.

LOAS Lei Orgânica da Assistência Social.

MOVA Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos.

PNAS Política Nacional de Assistência Social.

PSR Presença Social nas Ruas.

SAS Secretaria de Assistência Social.

SMADS Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

TRD Territorialização Reterritorialização Desterritorialização.

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
------------------------	-----------

### **Capítulo 1. Reflexões de poder e conceito de território na perspectiva histórico-geográfica.**

1.1 O conceito de território e sua forma metodológica.....	17
1.2 Reflexões sobre o conceito de território no Brasil.....	22
1.3 A desterritorialização e a reterritorialização no Brasil.....	24
1.4 A Assistência Social e a territorialização.....	26

### **Capítulo 2: O Instituto Social Santa Lucia.**

2.1 População Atendida.....	32
2.2 Missão.....	34
2.3 Principais Parceiros da Organização.....	34
2.4 Considerações sobre população em situação de rua.....	36
2.5 Presença Social nas Ruas.....	38
2.5.1 Metodologia.....	45
2.5.2 A utilização do estudo territorial no PSR Santo Amaro.....	48

<b>Considerações Finais.....</b>	<b>53</b>
----------------------------------	-----------

<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>55</b>
--	-----------

<b>Anexos.....</b>	<b>57</b>
--------------------	-----------

## Introdução

O presente trabalho corresponde à avaliação final como requisito de aprovação no Curso de Serviço Social, realizado na Universidade de Santo Amaro – UNISA e visa contribuir com o Estudo Territorial como um Instrumental de Intervenção profissional através de reflexões concretas, obtidas na investigação.

O interesse por esta pesquisa surge a partir de um trabalho realizado em sala de aula, na disciplina de Oficina de Serviço Social, ministrada pela professora Viviane Diniz, a qual incentivou e apoiou o início do projeto, por se tratar de um tema tão importante e pouco utilizado pelos assistentes sociais.

A abordagem territorial surge da necessidade de compreender o desenvolvimento, as articulações e as relações entre as classes, como processos interligados e não dicotômicos. Conseqüentemente o conhecimento do território possibilita uma justa identificação das demandas das condições de vida dos moradores de determinado local e com isso possibilita elaborar/planejar alternativas de atuação mais justas e desenvolvimento/gestão de políticas públicas efetivas, eficazes e eficientes.

O Plano Nacional de Assistência Social enfoca como emergencial a construção de ações territorialmente definidas e relacionadas às desigualdades sociais existentes no território, propiciando o desenvolvimento de ações descentralizadas, integradas e articuladas.

É com esta visão da importância do Estudo Territorial como intervenção profissional que elaboramos o presente estudo, a fim de conhecer quais são as possibilidades de intervenção, conquistas e entraves do assistente social que utiliza o estudo territorial como instrumental de intervenção.

Para tanto, elegemos o Presença Social nas Ruas, projeto do Instituto Santa Lucia, que tem como objetivo atender crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos em situação de rua e suas famílias, através de ações que proporcionam inclusão social e o exercício da cidadania.

Por se tratar de um projeto que apresenta abordagens consistentes e não apenas encaminhamentos, como vinha acontecendo até então com o Programa Acolher, em 2006 este projeto foi aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e implantado como projeto piloto, no bairro da Sé, em

caráter emergencial. Em agosto do mesmo ano, foi descentralizado, dando origem as unidades de Santana, Mooca, Pinheiros, Santo Amaro e Lapa.

Essa pesquisa foi realizada no Presença Social – Santo Amaro, utilizando como técnica metodológica a pesquisa qualitativa, análise documental, entrevista aberta, semi estruturada e gravada com as assistentes sociais e acompanhamento de abordagem com os agentes de proteção social, no território de Santo Amaro.

As respostas para as questões apresentadas no decorrer deste estudo, foram encontradas em referenciais teóricos como: Marcos Aurélio Saquet, Roberto Lobato Corrêa, Vicente de Paula Faleiros, Gerson Heidrich, Marilda Iamamoto, Dirce Koga, Milton Santos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, Fundação Seade de 2000, sobre moradores em situação de rua, entre outras pesquisas e documentos que vieram a contribuir.

Sendo assim, o presente trabalho foi estruturado da seguinte forma, no Capítulo I, foi realizado um resgate sobre as reflexões e conceitos de território na perspectiva histórico-geográficos, destacando os reflexos sociais, políticos, econômicos e culturais. No Capítulo II, foram analisados o processo de construção e a compreensão do estudo territorial do projeto Presença Social nas Ruas – Santo Amaro como um instrumental de intervenção profissional.

As considerações finais foram elaboradas conforme o estudo realizado.

## Capítulo 1: Reflexões de poder e conceito de território na perspectiva histórico-geográfica.

A obra de Marcos Aurélio Saquet<sup>1</sup> marca a trajetória e a evolução dos diferentes conceitos de território no campo geográfico, enfocando principalmente a mais recente conceituação que se dá a partir da história vivida no espaço territorial. Essa visão de território contribui para a construção e análise de uma identidade social, política, cultural e econômica do território.

Partindo deste pressuposto, utilizaremos esta obra como um dos referenciais para a elaboração do trabalho de conclusão de curso, a fim de analisar o estudo territorial como instrumental de intervenção profissional do assistente social inserido neste contexto sócio-histórico.

Para entender os diferentes conceitos de território é necessário fazer uma releitura dos acontecimentos históricos que o formaram e o alteram. Essa interferência ocorre conforme o desenrolar da história da humanidade e sofreu influência dos filósofos desde o século XVI, como Platão em suas considerações sobre a Polis e Machiavel e suas considerações sobre a monarquia em O Príncipe, onde ambos apresentam respectivamente o rompimento com a idéia de poder pela vontade divina e a conquista do poder relacionada à conquista dos principados, apropriando-se de áreas controladas, fortificadas e mantidas sob seu domínio, exercendo todo o seu poder.

Outro fator fundamental é o processo de uso do espaço e do território na evolução das relações produtivas e econômicas, como no mercantilismo, onde se descobre o potencial comercial tanto do espaço físico, como das relações comerciais entre pessoas ou grupos de determinadas áreas e demais territórios.

Conforme afirma Saquet (2007), “O território, nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade. E esta é uma questão fundamental que marcou a *redescoberta* do conceito de território sob *novas* leituras e interpretações: mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder”.

---

<sup>1</sup> SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e Concepções Território. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Dentre as diversas transformações da organização da sociedade economicamente, politicamente e culturalmente falando, nota-se que as relações de poder são fundamentais, tanto para a discussão das políticas e formas de governos de determinadas épocas, como para uma reflexão mais detalhada sobre o surgimento das primeiras idéias de território dentro do contexto histórico.

Segundo Gottman (1973/2005 apud Saquet,2007), o território aparece como um “compartimento de espaço”, ora servindo de abrigo, como forma de segurança, ora de “trampolim para oportunidades” inter-relacionadas aos diferentes grupos sociais e aos diferentes meios de dominação.

Podemos identificar o uso do território, pelas características do processo de produção do capital e o uso residencial, incluindo os serviços essenciais onde se dá a reprodução da vida social, expressando a desigualdade sócio-espacial e econômica.

Nas cidades–estados gregas e nas cidades italianas surgem a primeira idéia de território ligada a ação política, relacionada à divisão de terras. No século XVI a teoria de Platão contribuiu neste aspecto no que se refere à República e conseqüentemente a Polis, bem como as idéias de Machiavel explicitando a soberania dos estados ou reinos, onde o território é apresentado como uma área de controle e dominação. (SAQUET,2007).

No decorrer dos Sec. XVII e XVIII, com a descoberta de novos territórios a serem explorados e do processo mercantilista, o que antes era compreendido como espaços que serviam de abrigo e criação de oportunidades, passam a ser compreendidos como um local para investimentos econômicos. Com as revoluções, americana e francesa, o sistema de mercado integra-se ao território nacional e internacional, estabelecendo interesses entre o Estado e a classe burguesa. Nesse ínterim a geografia se descobre como uma ciência que tem como objeto de estudo a superfície terrestre e seus quadros naturais, independente das relações de domínio entre Estado e classe dominante.

Numa concepção naturalista de território e visão geopolítica, Ratzel (1990 apud Saquet, 2007), entende o território como área de recursos naturais. Acredita na influência da natureza sobre o homem, numa relação delimitada entre o povo e o território, impondo à geografia reflexões sobre recursos naturais, organização e condições de cada grupo, bem como o Estado e sua forma de controle e dominação, estudando os povos separados dos territórios habitados e não habitados.

As reflexões sobre os recursos naturais inseridos no território, propiciam maior entendimento sobre aspectos quanto à organização, concentração de povos em determinadas áreas, e justificam a diferenciação da evolução cultural, política, econômica e social inerentes ao ser.

A evolução histórica da sociedade, conseqüentemente, suas novas formas de vida dentro da dinâmica sócio espacial, contribuiu para a constituição do “eu”, do “indivíduo” e da ideologia, moldando comportamentos, atitudes, regras e normas. O uso do espaço, da migração de trabalhadores, da apropriação política do território dentro da perspectiva multidimensional, fez surgir conflitos entre a compreensão do poder do Estado, o que propiciou uma nova leitura da concepção de território, uma vez que o significado se altera, conforme se modificam as relações de poder nele existentes. Essa nova leitura da concepção de território pode ser notada segundo Roberto Lobato Correa (1995), em meados dos anos 1950-70, devido ao distanciamento do conceito de paisagem e a reordenação do conceito de região, delimitando a classificação de áreas de acordo com procedimentos de agrupamentos e a divisão lógica.

Na geografia, no período compreendido entre 1870 e 1960 predominavam as vertentes da geografia positivista e neopositivista, conhecidas como tradicionais e que privilegiavam os conceitos de paisagem e região, propiciando uma discussão crítica sobre a concepção de território e questionando a compreensão geográfica do território como “ciência da paisagem, ciência dos meios naturais, ciência das formas da diferenciação espacial ou ainda ciência do espaço”. (SAQUET, 2007).

Dentre estes podemos citar Claude Raffestin, que afirma:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...) o ator “territorializa “ o espaço” (RAFFESTIN, 1993 apud Bordo et al. 2004, p.143).

Territorializar, neste contexto, é trazer vida ao espaço vazio e a partir desse movimento, desenvolver ações para a construção e apropriação do território.

Nesta nova conjuntura geográfica, o conceito de território passa a ser compreendido como fato social e político, abrindo as portas para novas vertentes de

concepção como a fenomenologia ou materialismo histórico e dialético, sendo possível evidenciá-las num carácter geopolítico, na atuação do Estado sobre o desenvolvimento e construção histórica do território, engendradas por determinado grupo social.

Com as mudanças sócio-espaciais, originadas pela complexidade do capitalismo, seus aspectos culturais e o término da Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade de rever os métodos de análise do espaço geográfico, numa perspectiva mais coerente, considerando a interferência das relações sociais (BAGNASCO, 1978 e DEMATTEIS, 1970 apud SAQUET, 2007).

A redescoberta do território se efetivou quando este passou a ser compreendido como produto das relações sociais, devido às manifestações dos trabalhadores, da organização da fábrica-cidade e da reprodução do capital.

Nota-se a rediscussão da geografia com o pensamento do real, abordando características da vida individual, coletiva, cotidiana e social para a concepção do território. Podemos mencionar as potencialidades humanas, bem como o processo de emancipação identificado na vertente marxista, que visa compreender e analisar as “contradições sociais, lutas de classes, e as formas histórias das mudanças sociais” (SAQUET, 2007).

Para o sociólogo Henri Lefebvre (1978[1972] apud Saquet, 2007), a redescoberta do território se dará a partir da “compreensão da produção direta do espaço, em vez da descrição e quantificação da produção indireta do espaço” no que diz respeito às noções de “cotidianidade e de redes de comunicação”, propiciando novos significados e entendimentos, a partir da teoria de valor de Marx. (SAQUET, 2007).

É importante salientar que a teoria de valor de Marx, refere-se às relações entre mercadoria, moeda e valor e a exploração existente entre capitalistas e trabalhadores assalariados.

Nessa vertente de pensamento, o geógrafo italiano, Massimo Quaini (1974), entende o território como produto social constituído, econômica, política e culturalmente e que as relações de produção, as rotações do capital organizam o território sempre a favor do capital.

Saquet (2007), trás diferentes interpretações do conceito de território, considerando as vertentes políticas, econômica e cultural, onde cada autor dá ênfase a alguns aspectos dentro do território ou os interliga, para explicar o conceito

e a dinâmica de um espaço que está sempre em construção. Também considera a vertente da natureza que é indissociável do território, além das relações de poder que se desenrolam dentro e fora dele, presente nas diferentes concepções.

### **1.1 O conceito de território e sua forma metodológica.**

As diversas reflexões em torno da renovação do pensamento geográfico e o conceito de território propiciaram uma nova reflexão no que diz respeito à questão teórico-metodológica.

Na França, Deleuze e Guattari (1976[1972] apud Saquet, 2007), entendem que a produção e a reprodução das relações sociais e capitalistas propiciam um movimento de rotação, capaz de gerar a sua desterritorialização, ou seja, o fato de descolar-se de seu espaço buscando melhores condições, o que gera automaticamente a reterritorialização nas territorialidades (T-D-R), e assim reconstituindo e restituindo o poder.

A abordagem territorial surge da necessidade de compreender o desenvolvimento, as articulações e as relações entre as classes, como processos interligados e não dicotômicos.

Diversos autores<sup>2</sup> contribuíram na elaboração dos diferentes conceitos de abordagens territoriais, embasando tendências ora conservadoras, materialistas e basicamente areal, ora centrada no conceito de território usado e apropriado econômica e geopoliticamente, voltado a problemática Estado e soberania diante da mundialização da economia, pautada nas relações capital-trabalho, conciliando áreas, redes e elementos (i) materiais em suas múltiplas relações sociais. (SAQUET, 2007).

---

2 Raffestin e Guichonnet (1974), - abordagem materialista, conceituam o território a partir dos conceitos de fronteira e franja pioneira”.

Soja (1971), “compreende a territorialidade como um comportamento ligado à diferenciação espacial, como produto da atuação de indivíduos e/ou grupos sociais”.

Eco (1984[1972]) - o território é um lugar militarizado, protegido e controlado.

Pellegrini (1974), “o território é constituído histórica e socialmente; é transformado por órgãos do poder público Estado e por indivíduos ou grupos sociais”.

Garofoli (1978 e 1978a), “evidencia fatores endógenos e exógenos, pautados nas relações capital-trabalho(...)”  
SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e Concepções Território. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Dentre estas contribuições e diferentes abordagens dos conceitos territoriais, podemos destacar: a) “Deleuze e Guattari: profunda reflexão sobre a desterritorialização e o movimento na constituição do território, no nível epistemológico; b) Dematteis destacando o processo histórico e as relações sociais/territorialidade humana (traumas e interações); c) Quaini: reconhecimento da unidade espaço-tempo em estudos territoriais; d) Raffestin: evidência da materialidade e da imaterialidade das sensações e representações; e) Bagnasco: explicação das múltiplas dimensões e das articulações territoriais”. (SAQUET, 2007).

Considerando as diferentes abordagens e vertentes e relacionado-as a ação do Serviço Social, notamos que para uma ação efetiva, se faz necessário uma análise conjuntural, abordando aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, além das relações objetivas e subjetivas intrínsecas e inerentes ao ser, ao território e a profissão.

Numa visão mais abrangente, e considerando a organização política, a urbanização e o avanço tecnológico, Gottman afirma que:

(...) os territórios assumem, historicamente, distintos significados, em consonância com a organização social e política do espaço, sendo entendido, como área/repartição/compartimentação(...) (...) o território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço, tanto jurídica como cultural e economicamente (...). (GOTTMAN (1973/2005 apud SAQUET, 2007, p. 67,69).

A dimensão política existente entre o território e o indivíduo/grupo, num processo de pertencimento do espaço vivido, é historicamente constituída na vida cotidiana.

As relações de trabalho, familiares e de consumo são inerentes ao ato de enraizar-se a esta complexa trama social e de se estabelecer em áreas de acordo com suas intenções e objetivos, sejam estes culturalmente e economicamente desenvolvidas.

Calabi e Indovina, tendo como vertente a teoria do valor de Marx, estudam as influencias dos estudos territoriais numa visão econômica e material da organização social, sendo assim, “O território significa... construções/ edificações, relações sociais, dominação, apropriação, interconexão (malha), processualidade histórica na reprodução do capital (...)” (CALABI e INDOVINA, 1974 apud SAQUET, 2007).

O território “não é outro” a respeito do processo capitalista; o modo como é usado depende da função geral do capital; na sociedade capitalista isso se apresenta como uma “mercadoria” e a sua “apropriação” segue a lógica da apropriação das outras mercadorias. (INDOVINA, 197a, p.7). (grifos do autor, apud Saquet, 2007, p. 71).

Para Alberto Magnaghi, “o território significa fluxos, normas, conflitos, influência e dominação; gestão político-econômica; redes intra e extra locais; valorização do capital e relações de poder; é produto e condições dos processos sociais”. O território é também produto-mercadoria, que quando comercializado, influencia e interfere geração de renda, reproduzindo as relações do modo de produção capitalista ( MAGNAGHI, 1976 apud SAQUET, 2007).

Esta relação entre território e produto-mercadoria é estruturalmente excludente. É incompatível com o pleno emprego. O processo de acumulação capitalista impossibilita a universalização do emprego gerando a exclusão social.

O Serviço Social se contrapõe a esta posição do capital, rediscutindo essas impossibilidades marcadas pela ausência de direitos e diferenças, através da equidade. Sendo a equidade caracterizada por proporcionar a efetivação da igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar, é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação ou condições que favoreça o combate das praticas de subordinação. Portanto, não se trata mais de um padrão homogêneo, mas de um padrão equânime.

No Brasil, em meados dos anos 1960-80, a concepção de espaço, torna-se pertinente a teorização do território. Cinco autores colaboraram para esta reflexão, sendo estes: Goldenstein, Seabra, Becker, Milton Santos e Manuel C. Andrade.

Para Goldenstein e Seabra , a dimensão espacial esta relacionada aos processos de divisão social e territorial do trabalho, conceituando o território “como área ou áreas que se relacionam e se combinam, econômica e politicamente e, como Estado-Nação, fazendo uma instigante articulação entre os conceitos de região, regionalização e território que merece ser revisitada”. (GOLDENSTEIN e SEABRA, 1982 apud SAQUET, 2007).

Bertha Becker discute o conceito de território no sentido de “uso político, no real”, estabelecendo vínculos entre o espaço vivido e o espaço concebido. Enfatiza as dimensões sociais da economia e da política na constituição do território, com os limites e malhas. “A territorialidade corresponde à face vivida do poder e do território.” (BECKER, 1983 apud SAQUET, 2007).

Para Milton Santos, o espaço é produzido, por intermédio das ações e relações humanas entre o interno e o externo, o novo e o velho, tendo como mediador o Estado e o mercado. Numa visão materialista dialética cita:

O conceito de território é subjacente, composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, relações de trabalho etc., interdependentes uma das outras. Essas variáveis constituem a configuração territorial: “formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies e montanhas, florestas e também de recursos criados: estrada de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for”. (SANTOS, 1988 apud SAQUET, 2007, p.91).

Segundo Andrade (1995), o território associa-se mais a idéia de integração nacional, de uma área ocupada pela população, pela economia, pela produção, pelo comércio, pelo transporte, entre outros. O espaço é uma área delimitada geograficamente e administrativamente por suas fronteiras, é mais amplo que o território, compreendendo também as áreas vazias, ainda não territorializadas, ainda sem ocupação humana.

O espaço possui possibilidades infinitas, constitui a existência da matéria e quando é dominado pelo homem, transforma-se em território, ganhando uma identidade produzida pela coletividade que nele vive, mas ao mesmo tempo flexível, dinâmico, contraditório e conseqüentemente dialético.

O território é o produto histórico do trabalho humano, onde o poder é exercido por um indivíduo, alguns indivíduos ou uma coletividade, resultando na construção de um domínio, de uma delimitação do vivido territorial e que assume várias formas e determinações econômica, administrativa, cultural e jurídica.

A expressão territorialidade está associada ao território, que para o autor:

Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado (...). A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (ANDRADE, 1995,p.20).

Já a territorialização é a forma de como se materializa o território, bem como a manifestação das pessoas, a especialização de qualquer segmento da sociedade como, por exemplo, a produção econômica de um determinado produto.

Dentre os diversos conceitos e formas metodológicas apresentadas, evidenciamos os que refletem o conceito de território numa perspectiva de evolução e compreensão das relações sociais contidas no espaço vivido, e na relação capital-trabalho em que o território é considerado uma mercadoria, destacando a teoria de valor marxista.

Partindo desse pressuposto, esta pesquisa tem como enfoque o estudo territorial como um instrumental de intervenção profissional, pois acreditamos que o mesmo embasa e contribui para uma análise dessas relações, propiciando uma intervenção crítica e propositiva, sejam elas para a elaboração de novas políticas públicas ou até mesmo de ações imediatas.

Para isso se faz necessário o entendimento teórico e metodológico a fim de caracterizar o território trabalhado, como local onde se desenvolvem as relações econômicas, sociais, políticas e culturais sem desvinculá-las das questões que envolvem a subjetividade humana.

Neste sentido, trataremos a seguir das reflexões de uso do território no Brasil, bem como de todo o processo de territorialização e desterritorialização, inseridas no contexto histórico que envolve o Serviço Social e sua prática de intervenção.

## 1.2 Reflexões sobre território no Brasil.

Em meados dos anos 1990, os estudos territoriais tornam-se constantes e reflexivos numa perspectiva de situar suas concepções e abordagens nos diversos países em suas determinadas ciências.

Segundo Saquet (2007), diversos autores colaboraram para a reflexão nesta época, e explicita algumas formas metodológicas ou/não desenvolvidas sendo estas: abordagens eminentemente econômicas; econômica e política; sem reflexões teórico-metodológicas; abordagem objetiva e subjetiva considerando a natureza exterior ao homem e o desenvolvimento local.

No Brasil, as pesquisas inerentes a expansão e qualificação dos estudos nos conceitos de território e territorialidade ocorrem a partir do biênio 1992-93 com os seminários internacionais, enfocando aspectos como fatores internos e externos do país, “numa tentativa de se compreender fenômenos e processos sociais e territoriais, evidenciando-se, sucintamente, as redes de circulação e comunicação, a identidade e relações de poder” (SAQUET, 2007, p.121).

Embora não possuam uma reflexão teórico-metodológica, Corrêa (1994) e Andrade (1994) trazem para o Brasil as reflexões discutidas até então nos EUA e na França e a partir daí desenvolvem suas concepções referentes à abordagem territorial.

Para Corrêa:

(...) o território significa a apropriação e o controle político de um segmento do espaço (área), um revestimento afetivo ou ambos e, a territorialidade... corresponde a um conjunto de práticas e suas manifestações, materiais e simbólicas, efetivadas para garantir a apropriação e o controle do território. (CORRÊA, 1994, apud SAQUET, 2007).

Andrade (1994, apud Saquet,2007), numa abordagem mais areal e histórica, enfatiza o significado político-administrativo, onde o território é usado como propriedade do Estado e por empresas, acentuando o sentido de pertencimento nacional.

Segundo Saquet (2007), algumas obras contribuíram para a construção dos estudos das concepções de abordagens territoriais no Brasil, baseando-se numa visão epistemológica da geografia. Dentre elas destacam-se Milton Santos, Rogério Haesbaert e Marcos Saquet.

Complementado o conceito de território, numa abordagem econômico-materialista, Milton Santos amplia essa discussão além da concepção do real, evidenciando o uso e o controle social.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (SANTOS, 1996 apud Saquet, 2007, p. 123).

Enfatizando a construção social do espaço geográfico afirma:

A materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica...a possibilidade atual de mundialização de um grande número de ações acarreta para muitos lugares, o problema da superposição, neles de ações com escalas diversas ... Estamos longe de uma territorialidade absoluta da ação ... a ordem mundial é cada vez mais normativa e, também, é cada vez mais normada” (SANTOS, 1996, p.182 apud SAQUET, 2007, p.123).

Rogério Haesbaert, no período correspondente a 1994 - 1997, discute a construção do território, dentro das perspectivas sociais, econômicas, políticas e culturais, reconhecendo os processos de dominação e apropriação, conciliando aspectos objetivos e subjetivos. O território, “significa coesão e identidade e, ao mesmo tempo, apropriação e ordenamento político “ (HAESBAERT, 1997 apud SAQUET, 2007).

Ainda em 1997, numa visão mais integrada aos aspectos que dizem respeito a objetividade e subjetividade nas questões políticas, (redes e hierarquias), apresenta a dimensão social da desterritorialização (econômica e política) e a territorialização (política e cultural).

Entretanto, se a territorialização é sobretudo enraizadora, promovendo a coesão por seu caráter mais intrínseco e introvertido, é claro que ela vai estar ligada muito mais às iniciativas político-culturais de apropriação e domínio do que à dinâmica do capital, cujo caráter é intrinsecamente desterritorializador e 'sem pátria'. (HAESBAERT, 1995, p.178 ou 1997, p.116, apud SAQUET, 2007, p.125).

As relações vividas e os grupos sociais, bem como sua integração, promovem a partir da desterritorialização, o que Haesbaert denomina de multiterritorialidade. Nesse sentido afirma:

(...) enquanto a desterritorialização é promovida especialmente pelas redes nacionais-globais dos complexos agorindustriais capitalistas, a reterritorialização "gaúcha" tem um importante componente político-cultural e se revela mais nítida a escala local, em termos de território, e regional, em termos de rede (HAESBAERT, 1997, p.257 (grifos do autor), apud SAQUET, 2007, p. 126)

Os autores brasileiros buscam referencial em autores dos EUA e França para construir suas concepções da abordagem territorial, entre eles, destacam-se Milton Santos e Rogério Haesbaert .

Santos discute o conceito de território evidenciando uso e a construção do espaço social e Haesbaert considera os aspectos objetivos e subjetivos, bem como as relações de produção capitalistas no contexto da territorialização – desterritorialização – reterritorialização, denominada de multiterritorialidade.

### **1.3 A Desterritorialização e a Reterritorialização no Brasil.**

Diante das reflexões explicitadas a respeito do conceito de território, se faz necessário um aprofundamento no diz respeito à desterritorialização e reterritorialização, numa abordagem dialética capaz de se apreender aspectos específicos do real enraizados, que chamamos de Estado-Nação.

Para Ianni (1992 apud Saquet, 2007), o capitalismo é o modo de produção processual, contraditório, do ponto de vista material e imaterial e que, portanto, o desraizamento (econômico, político e cultural) é algo simultâneo.

Tudo tende a desraizar-se: mercadoria, trabalho, moeda, capital, empresa, agência, regência, know-how, projeto, publicidade, tecnologia. (...) Tudo tende a deslocar-se além das fronteiras, línguas nacionais, hinos, bandeiras, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. (...) Assim se desenvolve o novo e surpreendente processo de desterritorialização (...). (IANNI, 1992, p.94-95 (grifos do autor), apud SAQUET, 2007, p.132).

Andrade (1995 apud Saquet, 2007), enfatiza a importância de distinguir o conceito de território a idéia de espaço ou lugar, afirmando que: “o conceito de território é inerente a idéia de domínio ou de gestão de determinada área”, e ao mesmo tempo do processo subjetivo de conscientização da população e pertencimento ao Estado-Nação.

Para Souza (1995 apud Saquet, 2007), o território é construído e desconstruído em escalas temporais de apropriação, dominação político-econômico e estratégico podendo ter caráter permanente ou periódico. A reterritorialização é multidimensional e o poder de um determinado grupo social não se restringe ao Estado-Nação, efetivando a conquista da autonomia.

Oliveira (2002 apud Saquet, 2007), numa concepção crítica marxista, enfatiza a abordagem relacional, ou seja, as relações sociais que se territorializam desigualmente, conciliando as forças produtivas, evidenciando as relações político-econômico, no processo de controle/monopólio do território. Assim:

(...) o processo de territorialização do capital e o de monopolização do território (...) acontece quando o industrial, o proprietário da terra e o capitalista da agricultura se tornam a mesma pessoa ou empresa. (...) os agentes do capital monopolizam o território sem territorializar-se, redefinindo relações camponesas de trabalho e se utilizando deste para produzir capital.” (Oliveira, 2002 apud Saquet, 2007, p. 136).

Numa perspectiva materialista, Fernandes (1996/2002 apud Saquet, 2007), define o território como um “conjunto de obras e relações sociais, historicamente

definidas que se desterritorializam e se reterritorializam no tempo e no espaço”, portanto existem fluxos, movimentos, enraizamento, localização, identificação e distribuição.

Sposito (2004 apud Saquet, 2007), relaciona o território ao conceito de região. Compreendendo fatores eminentemente econômicos local, regional e nacional com espacialidade em constante transformação. Destaca as redes, os fluxos e a territorialização na rotação e reprodução do capital.

Para Saquet (2007), o processo de organização política e econômica ([i]materiais), propiciam o desenvolvimento territorial, o que implica na valorização das redes, da reterritorialização e do ritmo do desenvolvimento local.

Estas diferentes abordagens, concepções e tendências fazem parte de um movimento, mais geral da geografia, considerando os caracteres areal e reticular do território.

As relações sociais, nele existentes, se desenvolvem a partir do pertencimento. As questões que envolvem o espaço são anteriores ao desenvolvimento territorial, e conseqüentemente, inerentes a formação da territorialização e desterritorialização.

#### **1.4 A Assistência Social e a Territorialização.**

A concepção da Assistência Social como política pública tem como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e a intersetorialidade.

Considerando a alta densidade populacional do País, seu alto grau de heterogeneidade e a desigualdade socioterritorial, se faz necessário a utilização da vertente territorial, constituindo um caminho mais dinâmico para superar a fragmentação, a segmentação e a focalização, das práticas construídas historicamente.

No campo da Assistência Social, de acordo com Política Nacional de Assistência Social, PNAS(2004), a territorialização foi incorporada a partir do processo de descentralização Político-Administrativa em que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em seu artigo 8º, deverão fixar suas respectivas políticas sociais.

Assim, a Assistência Social, enquanto política pública, inserida na Seguridade Social deve trabalhar em redes socioassistenciais, numa articulação intersetorial com outras políticas sociais, especialmente as de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outros, para promover ações universais, que garantam o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos.

Conforme Koga (2004, apud Koga, 2003), as políticas públicas, pensadas a partir do território, devem considerar o cotidiano e os aspectos culturais de determinada população:

(...) os direcionamentos das políticas públicas estão intrinsecamente vinculados à própria qualidade de vida dos cidadãos. É no embate relacional da política pública entre governo e sociedade que se dará a ratificação ou o combate ao processo de exclusão social em curso. Pensar na política pública a partir do território exige também um processo de revista à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive neste território (...) (KOGA, 2003 apud PNAS, 2004, p. 37).

A gestão democrática do território requer uma visão política para a mobilização das energias em torno de um objetivo comum, abrindo possibilidades de participação dos diversos movimentos sociais urbanos, provocando alterações no território e na sociedade, buscando corrigir a extrema desigualdade socio-espacial.

Considerando as diferenças existentes no território, Koga afirma que:

Ao tratar de políticas públicas, é fundamental levar em conta as diferenças internas existentes em cada localidade, em especial nos contextos de altas desigualdades sociais. Não basta, nesse sentido, escolher como foco a pior das situações, pois a relação é dinâmica e diferenciada entre condições de vida de cada lugar. (KOGA, 2003, p. 60).

No Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a gestão das políticas públicas tinha uma lógica de focalização para eleger prioridades, determinando critérios de corte baseados na capacidade de compra de cada cidadão, (KOGA, 2003).

A vertente territorial é inserida na política da Assistência Social através do processo de descentralização instituída com a LOAS, numa tentativa de superar a desigualdade social, promovendo ações universais.

A partir dos anos 80, o Serviço Social passa a ser considerado, uma profissão liberal, uma “especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo na sociedade”, tendo sua prática profissional condicionada às relações entre Estado e a Sociedade Civil, acarretando na regulamentação da vida social, ou seja, na produção/reprodução. (IAMAMOTO, 2001).

“É quando o Estado se amplia. (...) passando a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade”. (GRAMSCI, 1989 apud IAMAMOTO, 2001).

É importante salientar o vasto crescimento de serviços sociais no âmbito das políticas públicas e sociais.

Segundo Iamamoto (2001), “acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade”, e as múltiplas expressões da questão social fazem parte da requisição social da profissão, ou seja, as propostas de mediações dadas pelo Serviço Social, à questão social<sup>3</sup>, são características próprias da profissão, englobam ações propositivas nas mais variadas expressões quotidianas, “exigindo um profissional qualificado<sup>4</sup>, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade”, capaz de relacionar sua compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos a uma leitura mais aprofundada de toda problemática que envolve a defesa da universalização dos direitos e na atualização dos compromissos ético-político da profissão. (IAMAMOTO, 2007).

---

<sup>3</sup> “a questão social é compreendida como um conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum a produção social .... Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p.27-28.

<sup>4</sup> “O Assistente Social dispõe de um Código de Ética profissional e embora o Serviço Social seja regulamentado como uma profissão liberal, não tem essa tradição na sociedade brasileira. É um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demandam essa força de trabalho qualificada e a contratam”. IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p.23-24.

A preocupação é afirmar a óptica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, identificando como o Serviço Social se relaciona com as varias dimensões da vida social (...). A realidade social e cultural provoca e questiona os assistentes sociais na formulação de respostas, seja no âmbito do exercício profissional, seja das elaborações intelectuais acumuladas ao longo da história do Serviço Social (...). (IAMAMOTO, 2001,p.27-57).

Nesse momento, se faz necessário redescobrir alternativas de ação e, sobretudo requalificar o fazer profissional, rompendo com atividades burocráticas<sup>5</sup> e rotineiras identificando as particularidades de cada sujeito inserido num contexto global.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2001, p. 63).

Podemos identificar as relações de poder, luta e confronto de classes, voltados para a produção e reprodução da vida material, inseridos no processo de construção da produção/reprodução da vida social, bem como das relações sociais.

Os homens têm necessidades sociais e carecimentos a satisfazer e, por meio do trabalho, buscam produzir objetos úteis para respondê-los, objetos estes que na moderna sociedade burguesa, são também mercadorias produto do capital (...). (MAX, 1997 apud IAMAMOTO, 2001,p.25)

Além do material, outro aspecto que podemos salientar, é a necessidade de sobrevivência.

Como já anunciaram Marx e Engels, em seus estudos sobre a *Ideologia Alemã*: “o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas para viver é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. (IAMAMOTO, 2001, p. 26).

---

<sup>5</sup> “Geralmente, tem-se uma visão dos instrumentos de trabalho como um “arsenal de técnicas”: entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamento (...). as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais... contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, e ao mesmo tempo em que a moldam”. IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p.62-63.

Identificamos algumas conquistas e entraves que o Serviço Social e a prática profissional vem acumulando no decorrer do processo histórico.

As novas propostas de ação profissional não seriam efetivadas se não houvesse uma preocupação com o sujeito enquanto um ser, conforme Vigotski (1993), “ativo, social e histórico” inserido num lugar, que segundo Heidrich (2005), é “vivido, pensado e sonhado”.

Portanto, o território se faz presente, por apresentar “características de um organismo individual que cresce, se desenvolve, se diferencia.” (MAGNAGHI, 2003 apud HEIDRICH, 2005).

## Capítulo 2. O Instituto Social Santa Lucia.

A Associação de Moradores do Jardim Santa Lucia I e Adjacências foi constituída em 18 de março de 2000, dentro do Distrito Administrativo do Jardim Angela, para atender as necessidades de moradia e habitação da população.

O primeiro convênio da Associação de Moradores do Jardim Santa Lucia I e Adjacências com o poder público foi estabelecido com o objetivo de realizar a distribuição de leite e cestas básicas, posteriormente o Telecentro.

Através de um convênio com o Banco do Brasil, iniciou o projeto BB Educar alfabetizando cerca de 3000 pessoas, identificadas através dos Programas Renda Mínima e Começar de Novo. Com o objetivo de dar continuidade ao projeto de alfabetização, buscou-se a parceria com o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos - MOVA, da Secretaria Municipal da Educação.

Ao longo dos anos, na tentativa de atender as reivindicações feitas pela comunidade, a associação passou a representá-la junto a outros órgãos públicos, surgindo novas parcerias com a Eletropaulo para iluminação, e a Sabesp para regulamentação e canalização de água.

No distrito do Jardim Ângela, com população estimada em 320.026 habitantes a Associação de Moradores do Jardim Santa Lucia I e Adjacências possui os Telecentros e programas sociais e educacionais. No Jardim São Luiz, com 265.707 habitantes, a Associação vem atendendo, por meio do programa *São Paulo é uma Escola*, nas unidades escolares existentes.

Os atendimentos desenvolvem práticas que visam perspectivas de diminuição da altíssima vulnerabilidade existente dentro da região de M'Boi Mirim, que possui 585.733 habitantes ( SIAB/SMS, Maio/2008).

Em 2006 foi aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o Presença Social nas Ruas. Foi implantado como piloto, no bairro da Sé, inicialmente em caráter emergencial, para atender uma necessidade da própria Secretaria de Assistência Social, que buscava um novo programa que fizesse uma abordagem consistente da população em situação de rua e não apenas encaminhamento como vinha acontecendo até então com o Programa Acolher<sup>6</sup>. Em agosto do mesmo ano,

---

<sup>6</sup> . Programa elaborado pela SAS, para atender moradores de rua e encaminhar a albergues, onde receberão cuidados de saúde e higiene, apoio para obter documentos e convite para atividades culturais e educativas.

o Projeto foi descentralizado, dando origem as unidades de Santana, Mooca, Pinheiros, Santo Amaro e Lapa.

Em 05 de dezembro de 2008, a Associação de Moradores do Jardim Santa Lucia I e Adjacências, com alteração dada pelo presidente Sr. Genario Nascimento da Cruz, muda sua razão social, passando a denominar-se Instituto Social Santa Lucia com o intuito ampliar suas atividades, fortalecendo ainda mais a visibilidade e descentralização das ações, por meio de uma gestão autônoma.

Portanto, o Instituto Social Santa Lucia realiza, por meio de seus parceiros, 42.000 atendimentos mensais com os convênios: Telecentro Santa Lucia, Telecentro Kagohara, Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, Programa São Paulo é uma Escola, Presença Social nas Ruas, somente para adultos em situação de rua em Pinheiros e Santana e PSR para crianças e adolescentes em situação de rua e na rua, Trabalho Infantil e Adultos em situação de rua em Santo Amaro, Vila Mariana e Mooca. Os serviços específicos para crianças e adolescentes como: Presença Social nas Ruas para crianças e adolescentes em situação de rua e crianças e adolescentes na rua, e trabalho infantil em Santa e em Pinheiros, CRECA Santana, Abrigo Luz do Mirante em Santana, Núcleo de Proteção Psicossocial Especial em Capela do Socorro, Núcleo de Proteção Psicossocial em Santo Amaro, Centro de Acolhida para Adultos II Capela do Socorro, Centro de Acolhida para Adultos II em São Miguel Paulista, República Jovem em Santo Amaro, Centro de Convivência Jaçanã/Tremembé, Núcleo de Convivência de Idosos e o Centro de Juventude no Distrito de Jardim Ângela, a ser implantado.

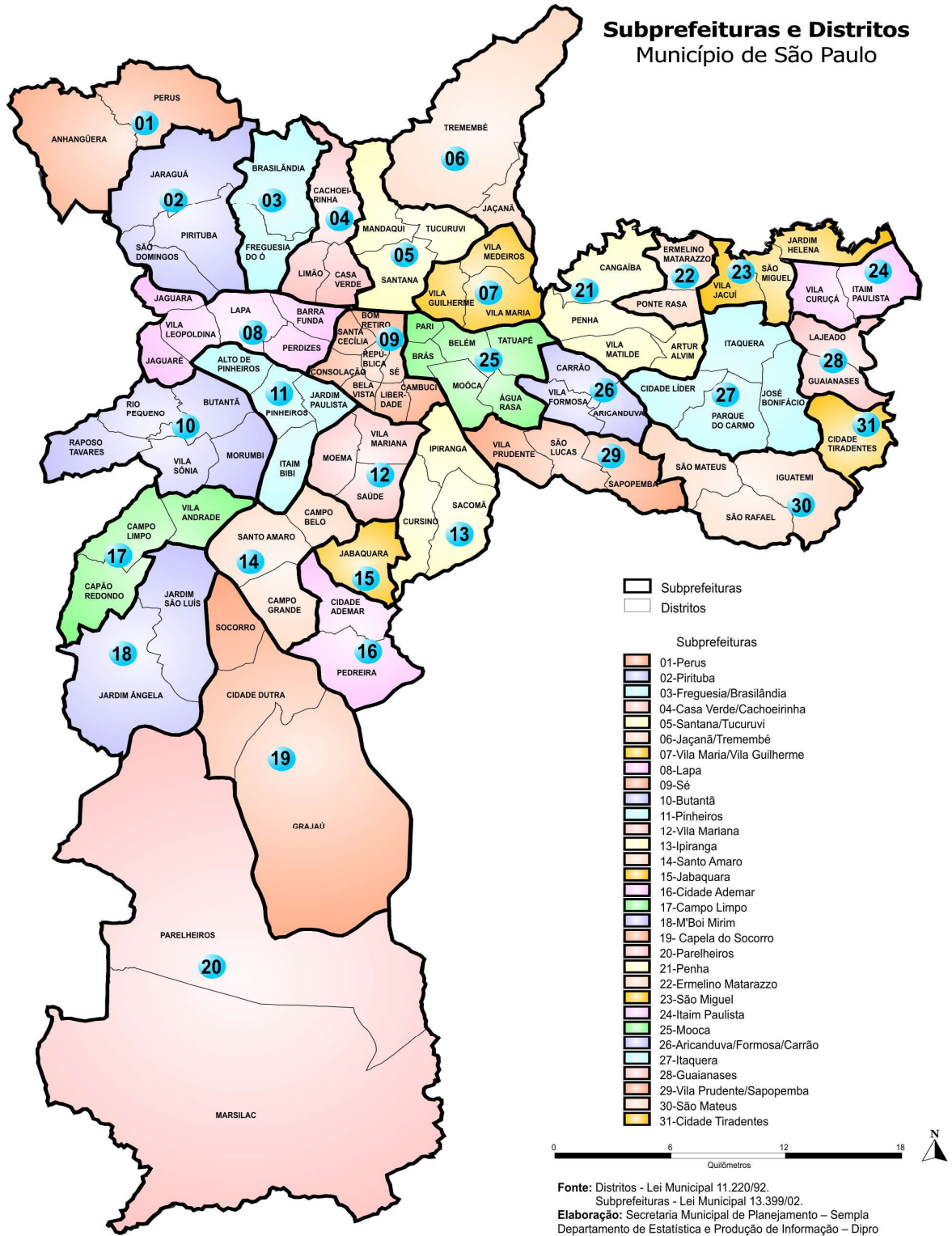
Fonte:<http://www.santaluciasp.org>

## **2.1 População Atendida.**

Atualmente, o Instituto Santa Lucia atende crianças, adolescentes, idosos, famílias de baixa renda, pessoas com necessidades especiais, desempregados, empregados da economia informal e formal, dos seguintes bairros: Jd. Tupi, Jd. Ângela, Parque Sta. Edwirges, Jd. Aracati, Parque Novo Santo Amaro, Vila Gilda, Alto da Riviera, Jd. Kagohara, Jd. Sta. Margarida, Capão Redondo, Vila Remo, Parque Figueira Grande, Vila Sta. Lúcia, Jd. São Carlos, Jd. Herculano, Jd. São

Francisco, Jd. Paranapanema, Jd. Maria Amália, Capela do Socorro, Jd. Jabaquara, Vargem Grande, Grajaú, Jd. São Luiz e outros bairros.

Figura 1 – Mapa do Município de São Paulo – Subprefeituras e Distritos.



## 2.2 Missão.

Atender crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e suas famílias, com ações que proporcionem inclusão social e o exercício da cidadania.

## 2.3 Principais Parceiros da Organização.

**Quadro 1: Parceiros e Tipo de Atendimento.**

<b>PARCEIROS</b>	<b>TIPO DE ATENDIMENTO</b>
<b>BANCO DO BRASIL</b>	Telecentro Jardim Kagohara. Compreende numa sala com 10 computadores conectados a internet, oferecendo cursos de informática básica livre e alfabetização digital.
<b>FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL</b>	Programa BB educar, que oferece alfabetização de jovens e adultos
<b>FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL</b>	Atuando na qualificação profissional de professores, voluntários e no fornecimento de materiais didáticos e pedagógicos.
<b>ABRASA</b>	Programa de saúde voltado para pessoas em situação de altíssima vulnerabilidade social, obtenção de encaminhamentos para exames laboratoriais, tratamentos odontológicos e oftalmológicos.
<b>ALIANÇA FEMININA</b>	Núcleo de Saúde da Mulher, onde a saúde da mulher é tratada desde a adolescência na prevenção do câncer, D.S.T., pequenas cirurgias e exames.
<b>FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE</b>	Qualificação de voluntários em cursos voltados para adultos inserindo-os na auto sustentabilidade.

<b>GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>	Programa Viva Leite Idoso voltado ao programa de combate à osteoporose, artrose e outras doenças servindo como complementação alimentar de 50 idosos. Programa Viva Leite Criança atuando no combate a desnutrição infantil, beneficiando 100 famílias com crianças de seis meses a seis anos e 11 meses.
<b>INSTITUTO PAULO KOBAYASHI</b>	Qualificação continuada para funcionários, através de termo de cooperação.
<b>CASA RESTAURA-ME</b>	Parceria voltada ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, com oficinas de cultura social e firmada com oficinas do Programa Ofício Social.
<b>PROJETO QUIXOTE</b>	Parceria que visa encaminhamentos de crianças e adolescentes em situação de rua para o fortalecimento do vínculo familiar, através de orientação e outras ações.
<b>EXÉRCITO DA SALVAÇÃO</b>	Parceria que oferece oficinas de dança e futebol para crianças e adolescentes em situação de rua.
<b>PELEZÃO</b>	Oferece oficinas esportivas para crianças e adolescentes em situação de rua.
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio; parceria que visa qualificação para funcionários.
<b>SEBRAE</b>	Parceria que visa qualificação para funcionários nos Programas Jovem empreendedor e Aprendendo a aprender.
<b>CONGÁS</b>	Parceria que prevê o jovem como protagonista na sociedade, através de qualificação em elaboração de projetos e captação de recursos.
<b>ASSOCIAÇÃO ALIANÇA FEMININA – NÚCLEO DE SAÚDE DA MULHER</b>	Oferece encaminhamentos de mulheres de todas as idades para prevenção, através de exames, e orientação sobre câncer, DST.

<b>PROJETO APRENIZ COMGÁS</b>	O Projeto atende dois adolescentes enviados pela Associação para qualificação na elaboração de projetos e viabilização através da captação de recursos.
<b>PROGRAMA CRER</b>	Conquistar, Recuperar, Emancipar e Reintegrar; programa que visa encaminhar pessoas adultas em situação de rua que estejam sendo afetadas por problemas de drogadicção e alcoolismo e vêm despertado o desejo de recuperar-se e de reintegrar-se a sociedade.O tratamento tem a duração de 03 a 09 meses. Esse programa é compartilhado com a CAPE-Central de Atendimento Permanente e Emergências para encaminhamentos nas seguintes casas: Novo Amanhecer, Casa Portal De Luz, Desafio Ao Jovem, Casa Criativa, Servos Em Missão, Missão Nova Aurora, Missão Libertar E Casa São Miguel Arcanjo.
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>	Programa São Paulo é uma escola implementando atividades culturais como ferramenta educacional no pós e pré-aula, com 18icineiros, 03 coordenadores para atuar em 500 oficinas mensais nas escolas da rede pública Municipal do Distrito de M'Boi Mirim.
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>	Programa: Presença Social nas Ruas, Presença Social nas Ruas/CATI.

Fonte:<http://www.santaluciasp.org>

#### **2.4 Considerações sobre população em situação de rua.**

Em uma pesquisa publicada pela revista TRIP n° 167 de junho de 2008, realizada pelo Instituto Meta em 23 capitais e 48 municípios brasileiros, com mais de 300 mil habitantes, através de uma parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e o Ministério do Desenvolvimento Social, quase 32 mil pessoas com pelo menos 18 anos foram

identificados como moradores de rua. Os principais fatores que levaram essas pessoas às ruas, segundo elas mesmas, são o vício do álcool e drogas, o desemprego e, em seguida, os conflitos familiares.

Segundo a pesquisa:

72% dos desabrigados afirmaram trabalhar. A maioria deles coleta materiais recicláveis e consegue gerar uma renda entre R\$ 20 e R\$ 80 por semana. Apenas 16% disseram pedir esmolas para sobreviver. E 52% tem ao menos um parente na mesma cidade onde vivem. Quase 90% dos moradores de rua não recebem atendimento de programas governamentais e 82% são homens. Desses, 53% tem entre 25 e 44 anos. 70% dormem na rua e 22%, em albergues. A pesquisa aponta ainda que 80% fazem ao menos uma refeição por dia. (DANELON, 2008)

Dentre as características que denominam os moradores em situação de rua, estão à falta de convivência com o grupo familiar e precariedade de outras referências de apoio afetivo, social e trabalhista, que os impedem de estabelecer projetos de vida e até de resgatar uma imagem positiva de si mesmos. Estão imersos na *cultura da rua* e conseqüentemente desenvolvem estratégias para sua sobrevivência. Conforme artigo de Danelon:

São Paulo tem 3,4 milhões de pessoas pobres, que vivem com até meio salário mínimo. Desses 1,4 milhões é de miseráveis, estão abaixo da linha da pobreza, segundo a fundação SEADE. Parte desse contingente imenso vai parar nas ruas. São 12 mil pessoas dormindo ao relento. (DANELON, 2008).

Podemos delimitar a condição de rua destes moradores, segundo a dinâmica de uso e da ocupação dos espaços da cidade por eles efetuada, sendo estes: moradores fixos, designando aqueles indivíduos que ocupam, de forma permanente, um espaço da cidade, mesmo circulando por outros espaços em diferentes horas, voltando para o local de referência, fazendo deste o local fixo de dormida, tendo, em conseqüência, uma identificação consistente com o espaço que ocupa; moradores semi-fixos para designar aqueles que têm identificação relativa com um determinado espaço da cidade, tendo múltiplas referências ao lugar ou lugares de dormida,

abrigo e itinerante para designar os moradores que não possuem referência espacial e nem identificação com algum território da cidade.

## 2.5 Presença Social nas Ruas.

Em 2006, em caráter emergencial, a Associação participa do Programa da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo - SMADS, que tem por finalidade realizar atividades pró-ativas sistemáticas e planejadas em regiões onde se verifique a concentração e permanência de pessoas em situação de rua, através de estratégias e ações específicas, proporcionando a aproximação, atendimento, acolhida e encaminhamentos necessários para estimular o desejo de deixar as ruas como espaço de sobrevivência e moradia, priorizando o convívio familiar e comunitário, atuando com crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, na rua e trabalho infantil conforme distribuição abaixo:

**Tabela 1 – Ações trimestrais - Janeiro- Fevereiro- Março/2009 – Adulto\*.**

	<b>Santo Amaro</b>	<b>Mooca</b>	<b>Pinheiros</b>	<b>Santana</b>	<b>CATI</b>	<b>Vila Mariana</b>	<b>Lapa</b>
<b>Usuários</b>	406	1767	293	277	3443	434	595
<b>Abordagens</b>	2430	2711	480	511	3443	651	887
<b>Encaminhamentos</b>	273	2206	480	511	0	132	543
<b>Centro de acolhida</b>	23	2075	75	273	1337	93	421
<b>Núcleo de serviços</b>	198	215	7	230	1366	4	151
<b>CRAS</b>	0	62	37	5	142	29	22
<b>Rede de saúde</b>	15	19	9	3	93	7	27
<b>Retorno Familiar</b>	1	1	6	0	29	0	4
<b>Recusas</b>	2	18	76	43	438	247	31
<b>Acompanhamentos</b>	361	257	76	5	0	98	229
<b>Total</b>	<b>3709</b>	<b>9331</b>	<b>1539</b>	<b>1858</b>	<b>10291</b>	<b>1695</b>	<b>2910</b>

\* Fonte: Escritório Central PSR (2009).

**Tabela 2 – Ações trimestrais - Janeiro- Fevereiro- Março/2009 – Criança e Adolescente\*.**

	<b>Santo Amaro</b>	<b>Mooca</b>	<b>Pinheiros</b>	<b>Santana</b>	<b>CATI</b>	<b>Vila Mariana</b>	<b>Lapa</b>
<b>Usuários</b>	329	221	542	487	271	128	106
<b>Atendimentos</b>	1409	401	964	1127	231	196	103
<b>Encaminhamentos</b>	43	23	35	65	231	13	21
<b>CRECAS</b>	6	19	11	18	170	7	7
<b>Abrigos</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>CRAS</b>	23	8	12	24	49	2	1
<b>Rede de saúde</b>	8	0	13	4	0	0	1
<b>Retorno Familiar</b>	1	1	6	0	12	1	0
<b>Recusas</b>	0	0	203	0	0	84	0
<b>Acompanhamentos</b>	329	315	213	0	0	65	87
<b>Total</b>	<b>2148</b>	<b>988</b>	<b>1999</b>	<b>1725</b>	<b>964</b>	<b>496</b>	<b>326</b>

\* Fonte: Escritório Central PSR (2009).

O PSR & Central de Atendimento Telefônico Ininterrupto – CATI realiza ações pró-ativas, sistemáticas e planejadas, nos territórios onde se verifica a presença e/ou concentração e/ou permanência de crianças e adolescentes em situação de/na rua, trabalho infantil e adulto em situação de rua, estabelecendo planos locais com estratégias e ações específicas que favoreça a aproximação, atendimento, orientação, acolhimento e encaminhamento para a construção da saída das ruas, priorizando o convívio familiar e comunitário. Atende às solicitações de munícipes para os casos acima citados, priorizando regiões de grande concentração de pessoas em situação de rua, atendendo todo o território do Município de São Paulo sob supervisão do Central de Atendimento de Emergências - CAPE<sup>7</sup>.

O PSR Santo Amaro atende crianças, adolescentes e adultos em situação de rua nos bairros de Santo Amaro, Campo Belo e Campo Grande, com o objetivo de monitorar e manter vigilância nos pontos com presença e concentração de pessoas

<sup>7</sup> Órgão executivo voltado exclusivamente para o atendimento a moradores de rua, vinculado a Coordenadoria Regional de Assistência Social.

em situação de rua, por meio de abordagens diárias, sistemáticas e planejadas pela equipe técnica e agentes de proteção social, através da Central de Atendimento Telefônico Ininterrupto - CATI, em toda a cidade de São Paulo.

**TABELA 3 – PSR Santo Amaro – Quadro de Funcionários.**

Função	Quantidade
Coordenador	01
Assistente Social	02
Psicólogo	01
Auxiliar Administrativo	02
Agente de Proteção Social	30
Agente Operacional	01
Motorista	30

O território do PSR – Santo Amaro compreende a Subprefeitura de Santo Amaro, composta pelos bairros de Campo Belo, Campo Grande e Santo Amaro.

**Figura 2 – Mapa da Subprefeitura de Santo Amaro.**



Fonte: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spmb/mapas/0001>

A Subprefeitura de Santo Amaro, que integra o Município de São Paulo, possuía, em 2000, 218.558 habitantes. Uma análise das condições de vida de seus habitantes mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$2.979, sendo que 18,8% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 11,0 anos de estudo, 77,4% deles completaram o ensino fundamental, e 1,8% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 49 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 8,4% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 28,8% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 5,6% do total da população.

**QUADRO 1 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social da população de Santo Amaro, Campo Belo e Campo Grande.**

Indicadores	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						Total
	1 – Nenhuma Vulnerabilidade	2 – Muito Baixa	3 – Baixa	4 – Média	5 – Alta	6 – Muito Alta	
População Total	120.205	66.105	21.332	6.975	-	3.941	218.558
Percentual da População	55,0	30,2	9,8	3,2	-	1,8	100,0
Domicílios Particulares	38.557	20.117	6.137	1.857	-	976	67.644
Tamanho Médio do Domicílio (em pessoas)	3,1	3,2	3,5	3,7	-	4,0	3,2
Responsáveis pelo Domicílio Alfabetizados (%)	99,6	97,9	95,3	92,5	-	76,1	98,2
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo (%)	89,2	67,1	58,2	41,7	-	14,8	77,4
Anos Médios de Estudo do Responsável pelo Domicílio	12,7	9,3	8,2	6,6	-	4,0	11,0
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio (em reais de julho de 2000)	4.118	1.618	1.382	763	-	300	2.979
Responsáveis com Renda de até 3 Salários Mínimos (%)	9,2	26,1	34,9	53,4	-	82,2	18,8
Responsáveis com Idade entre 10 e 29 Anos (%)	7,0	7,1	14,0	22,3	-	30,5	8,4
Idade Média do Responsável pelo Domicílio (em anos)	50	51	46	42	-	38	49
Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%)	27,6	30,8	29,0	28,5	-	36,3	28,8
Crianças de 0 a 4 Anos no Total de Residentes (%)	5,0	4,8	7,7	10,7	-	15,2	5,6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

Nota: Foram excluídos os setores censitários sem informação devido ao sigilo estatístico.

As situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população da Subprefeitura de Santo Amaro se encontra exposta estão resumidas nos seis grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS e suas características analisadas abaixo:

Grupo 1 (nenhuma vulnerabilidade): 120.205 pessoas (55,0% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$ 4.118 e 9,2% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 12,7 anos de estudo, 99,6% deles eram alfabetizados e 89,2% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 50 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 7,0%.

As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 27,6% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 5,0% do total da população desse grupo.

Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 66.105 pessoas (30,2% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$1.618 e 26,1% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 9,3 anos de estudo, 97,9% deles eram alfabetizados e 67,1% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 51 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 7,1%.

As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 30,8% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 4,8% do total da população desse grupo.

Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 21.332 pessoas (9,8% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$ 1.382 e 34,9% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 8,2 anos de estudo, 95,3% deles eram alfabetizados e 58,2% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,0%.

As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 29,0% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 7,7% do total da população desse grupo.

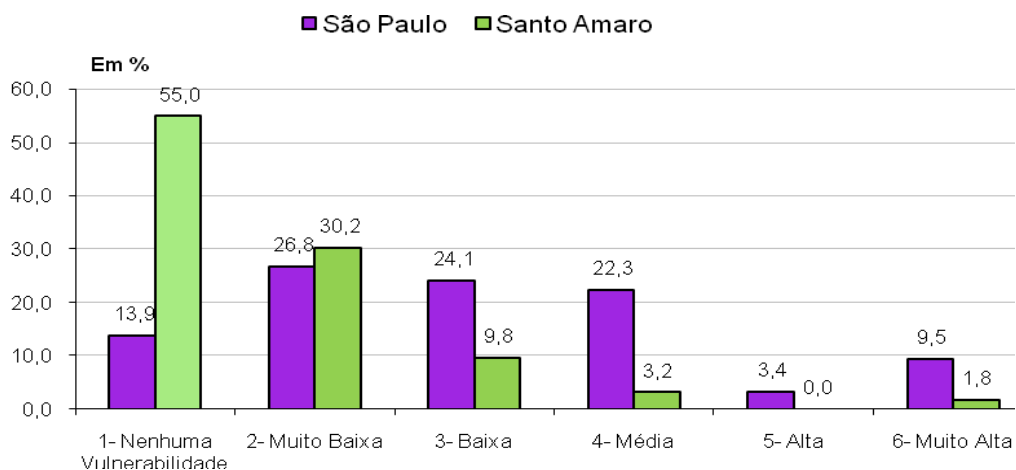
Grupo 4 (vulnerabilidade média): 6.975 pessoas (3,2% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$ 763 e 53,4% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 6,6 anos de estudo, 92,5% deles eram alfabetizados e 41,7% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 22,3%.

As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 28,5% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 10,7% do total da população desse grupo.

Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta): 3.941 pessoas (1,8% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$ 300 e 82,2% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 4,0 anos de estudo, 76,1% deles eram alfabetizados e 14,8% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 38 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 30,5%.

As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 36,3% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 15,2% do total da população desse grupo.

GRAFICO 1 – Comparação das populações de São Paulo e Santo Amaro em %, de acordo com os seis grupos de vulnerabilidade social:



Comparando as características dos seis grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social da Subprefeitura de Santo Amaro com as do município de São Paulo, podemos observar que o Grupo 1 (nenhuma vulnerabilidade) corresponde a 55% da população total de Santo Amaro enquanto que no município de São Paulo, esse mesmo grupo corresponde a apenas 13,9% da população total. Destacamos também o grupo 2, onde Santo Amaro supera o município em 3,4 % da situação de vulnerabilidade muito baixa.

O mapeamento do território do PSR/Santo Amaro é iniciado pelos agentes de proteção social que localizam e identificam as pessoas em situação de rua e os locais de concentração dos mesmos. Também é realizado um levantamento das políticas públicas existentes e identificados os equipamentos que podem ser utilizadas como referência para encaminhamentos aos serviços de saúde, educação, social, lazer e cultura, de acordo com a demanda observada na área de abrangência.

A abordagem da pessoa em situação de rua é realizada pelos agentes de proteção social, após sucessivas aproximações, estabelecendo um vínculo que propiciará a coleta de informações.

O registro das informações colhidas, através das fichas, é utilizado na discussão de caso com os assistentes sociais e demais técnicos, para levantamento das necessidades, orientações, acompanhamentos e encaminhamentos.

A coleta de dados é registrada no Sistema de Informação da Situação de Rua – SIS-RUA, banco de dados utilizado pela Secretaria Municipal e Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, para o repasse de verba.

As ações são planejadas e desenvolvidas a partir do mapeamento do território que proporciona o conhecimento da demanda, da oferta de serviços, políticas públicas e a rede de proteção social.

### **2.5.1 Metodologia.**

Em janeiro de 2009, realizamos contato com a Secretaria de Assistência Social para indicação de um campo de pesquisa que utilizasse o estudo territorial como instrumental de intervenção do assistente social. Foram indicadas as seguintes instituições: Gaia, Cruz de Malta e PSR/Santo Amaro. A opção pelo PSR/Santo Amaro ocorreu em virtude da localização e facilidade de acesso. Após contato telefônico com as assistentes sociais da instituição, agendamos a primeira visita em 02 de abril de 2009, para explanação da pesquisa e coleta de informações sobre a instituição.

No segundo encontro, contando com a presença das 2 assistentes sociais e o coordenador da instituição, coletamos as primeiras informações históricas sobre a instituição e o processo de trabalho da equipe técnica no Presença Social nas Ruas e agendamos entrevista com o diretor geral do Instituto Social Santa Lucia, no escritório central, para complementação das informações. Também foi sugerido o acompanhamento de uma abordagem, realizada pelos Agentes de Proteção Social, que aconteceu em 08 de julho de 2009.

Ao chegarmos na sede do Presença Social nas Ruas/Santo Amaro, para o acompanhamento de uma abordagem realizada pelos Agentes de Proteção Social, notamos que os mesmos tinham propriedade e conhecimento do território a ser percorrido, o que facilitava a aproximação e a efetivação dos vínculos já estabelecidos pelos usuários.

No decorrer da caminhada, os agentes foram explicando o processo de trabalho, como são realizadas as abordagens, as características dos usuários, indicação dos pontos de concentração e localização dos equipamentos utilizados para encaminhamentos existentes na área.

Presenciamos duas abordagens. Na primeira foi verificado com o usuário se ele havia comparecido à consulta médica, agendada anteriormente, se foi prescrito algum medicamento e se o mesmo conseguiu retirá-lo no posto de saúde. O usuário informou que compareceu à consulta, porém não conseguiu a medicação, pois estava em falta. O agente o orientou a verificar em outra unidade de saúde, enfatizando a importância de continuar o tratamento,

A segunda abordagem se deu na Praça Floriano Peixoto, onde o Agente colheu informações sobre o emprego que o usuário estava procurando, sendo informado que havia conseguido e que o empregador iria ajudá-lo a locar uma casa para que pudesse morar com a companheira.

Houve também outra tentativa de abordagem, sem sucesso, pois a usuária em questão ainda não permitia a aproximação dos agentes.

Notamos que os agentes conhecem detalhadamente a área em que atuam e os usuários que nela habitam.

Esse acompanhamento foi de extrema importância para compreendermos o processo de trabalho e a realização do mapeamento do território, além da proposta de trabalho de PSR /Santo Amaro.

Teorizar muitas vezes foge da realidade implícita na prática profissional. No decorrer do acompanhamento da abordagem, notamos a preocupação dos agentes em explicar sua rotina de trabalho para compreendermos esse processo.

A rotatividade dessa população no território, é para os agentes de proteção social, um grande desafio no que diz respeito a aproximação, criação de vínculos e principalmente a busca de novos serviços que acolham as diversas necessidades existentes.

Embora não tenham uma formação acadêmica, a formação humana norteadas de princípios éticos e morais são a base para atuação desses profissionais.

Por se tratar de profissionais selecionados de uma região precária como o Jardim Ângela, muitos deles conhecem e sentem a falta de novas políticas públicas, que possibilitem a inserção no mercado de trabalho e o convívio em sociedade.

Acreditamos que essas faltas norteiam e refletem o desejo e a necessidade vivenciados anteriormente, e que no decorrer do tempo, contribui para a construção do que chamamos de ideologia.

Em 26 de agosto de 2009 realizamos a coleta de dados. Utilizamos como técnica metodológica a pesquisa qualitativa, análise documental e entrevista aberta.

A entrevista foi realizada e gravada, partindo da elaboração de um roteiro com perguntas abertas e semi-estruturadas com as duas assistentes sociais da instituição, no escritório do PSR/Santo Amaro, durando cerca de 60 minutos. Após autorização, transcrevemos para maior produção e veiculação do trabalho.

A pesquisa qualitativa não se preocupa em projetar resultados estatísticos, são realizadas entrevistas em profundidade ou discussões em grupo e o número de entrevistados geralmente é pequeno. As informações são colhidas e analisadas de acordo com o roteiro aplicado, registradas em relatório, destacando opiniões, comentários e frases mais relevantes.

Segundo Martinelli (1999), existem pressupostos que fundamentam o uso de metodologias qualitativas:

Um primeiro pressuposto é o reconhecimento da singularidade do sujeito (...) o segundo pressuposto é que essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito (...) e o terceiro pressuposto que se expressa no reconhecimento de que, conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social (MARTINELLI, 1999, p. 22 - 23).

Assim, os dados coletados foram analisados qualitativamente com o objetivo de alcançar respostas para o propósito da pesquisa.

### **2.5.2 A utilização do estudo territorial no PSR Santo Amaro.**

Segundo as assistentes sociais do PSR/Santo Amaro, o território é o espaço onde se estabelecem as relações de trabalho e convivência. É, sobretudo, trabalhar com pessoas, vidas e sentimentos, numa relação de interação cotidiana.

É importante salientar que quando as assistentes sociais iniciaram o trabalho no PSR, o estudo territorial já havia iniciado.

Quando a gente chegou aqui, há dois anos atrás, o projeto e como ele ia ser desenvolvido na região, já estava definido, atualmente quem vai dando a cara e um novo formato é o profissional na rua e a equipe técnica, que também não existia. Eram apenas dois coordenadores e os agentes de proteção social (Assistente social, 2009).

Um dos principais facilitadores do processo de construção do estudo territorial é a ação dos agentes de proteção social, que colhem as informações sobre a população em situação de rua da área em que atuam, repassam para os demais profissionais que se apropriam do território e constroem a rede de referências. Essas informações consistem em pontos de concentração, perfil da população em situação de rua e levantamento de equipamentos de saúde, educação, cultura, lazer e sociais, que constituirão a rede de apoio.

Os agentes monitoram o território e tudo o que nele acontece. A principal atribuição do agente é conhecer sua área de atuação, pois ele é referência naquele espaço para a pessoa em situação de rua e para os técnicos da instituição (ASSISTENTE SOCIAL 1, 2009).

O território do PSR/Santo Amaro está em constante mudança e à medida que estas mudanças ocorrem, mudam também as referências e o perfil da demanda.

O território muda constantemente, entram e saem pessoas nos pontos de concentração, abrem e fecham estabelecimentos e equipamentos, e os agentes de proteção social vão pegando esses dados e atualizando as informações de sua área de atuação (ASSISTENTE SOCIAL 1).

A partir do estudo territorial, as intervenções das assistentes sociais são estabelecidas. Dentre elas podemos destacar o estudo de caso, capacitação dos agentes, reuniões, relatórios, encaminhamentos para rede de referências e visitas domiciliares.

Após o estudo de caso é realizado o contato com as famílias através das visitas domiciliares, principalmente nos casos de distúrbios mentais e casos de trabalho infantil, onde são observadas as características sócio-econômicas, as condições de moradia. Nos casos de trabalho infantil, a família é orientada e encaminhada para participar do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, enquanto que com os distúrbios mentais é realizada uma investigação para conhecimento mais aprofundado do caso. A partir desta investigação, efetiva-se as orientações no sentido de conscientizar os familiares sobre a importância do acompanhamento médico, ou simplesmente, encaminhamentos específicos para área da saúde.

A atuação das assistentes sociais consiste em reflexões, precisas e pertinentes, principalmente quando ocorridas com os agentes de proteção social, avaliando a necessidade do usuário e a disponibilidade da rede de apoio para definir o encaminhamentos e as informações sobre as características da população.

São necessárias as seguintes informações: Quem são? Se a gente conhece e desde quando elas estão ali? O que foi feito e quem aceitou fazer? Quem não aceitou? Por quê? Se a família tem contato ou se não tem? Então, na verdade é para cada pessoa. No caso eles trazem a gente avalia e conversa para ver qual o procedimento. (Assistente social 1, 2009).

Entre as principais causas que caracterizam a situação de rua no território do PSR/Santo Amaro podemos destacar os transtornos mentais e os conflitos familiares causados por alcoolismo, drogadição e conflitos nas relações afetivas. Outro fator que merece destaque, é que a maioria deles mantém contato com a família e não voltam para o convívio porque não querem ou por vergonha e até mesmo por não se adaptarem mais, devido ao hábito de viver na rua e não mais no ambiente familiar.

Os principais encaminhamentos são para os centros de acolhida, CRECA, CRAS e prontos socorros. No caso do CRECA e CRAS, o fluxo já é pré-estabelecido e para os demais não existe um fluxo determinado.

Diante da complexidade do trabalho das assistentes sociais, estão presentes em seu cotidiano as atividades burocráticas, que consomem parte do tempo que poderia ser utilizado em atividades pertinentes à profissão, viabilizando ações mais eficazes à demanda social.

(...) além de fazer o serviço de assistente social a gente exerce a função administrativa; (...) controle de horários dos agentes; supervisão de abordagem de rua, (...) acaba que algumas vezes a gente não tem o tempo de sentar com o agente e discutir o caso mais a fundo.

A impressão que eu tinha era o que é que eu estou fazendo aqui? Atendendo telefone? Porque eu só atendia telefone (...) fazer quatro anos de faculdade para atender telefone? Eu não conseguia entender sinceramente qual era o meu papel aqui, aí eu senti necessidade de procurar uma supervisão técnica (ASSISTENTE SOCIAL 1,2009).

Faleiros afirma que: “O cumprimento das normas burocráticas passa a ser a lógica do trabalho profissional e o objeto do profissional passa a ser, não o problema social, mas a perturbação da ordem institucional”. (FALEIROS, 1987, p. 61,).

O desafio do profissional consiste justamente na reorientação de seu cotidiano de acordo com a correlação de forças existente (...), a análise da conjuntura mostra os limites e possibilidades de cada tática em função das estratégias e políticas em jogo. ( FALEIROS,1987, p. 55 - 56).

Portanto, para Faleiros, “É necessário fazer uma análise mais profunda das instituições e questionar não somente a relação entre os atores dentro das instituições, mas a relação dessas instituições com o contexto global (...). (FALEIROS, 1987,p. 63).

O planejamento e a discussão das ações, é algo contínuo, principalmente no que diz respeito à efetivação do projeto PSR/Santo Amaro. Mensalmente, são organizadas reuniões técnicas, denominadas de parada técnica. Nesses encontros, são abordados temas pertinentes a atuação de toda a equipe, capacitação dos agentes de proteção social e palestras, além de um trabalho de grupo para que os técnicos troquem suas angústias e ansiedades.

Hoje ocorreu a vigéssima parada técnica que é o momento livre, que a gente elabora assuntos com os agentes de proteção social, a gente aborda um tema, faz uma discussão sobre ele, realiza palestras e dura cerca de seis horas ASSISTENTE SOCIAL 2).

A abordagem territorial surge da necessidade de compreender o desenvolvimento, as articulações e as relações entre as classes, como processos interligados e não dicotômicos.

Partindo desse pressuposto, acreditamos que o trabalho das assistentes sociais embora seja efetivo, deixa uma lacuna no que diz respeito ao processo de estudo territorial e a compreensão de sua atuação propriamente dita, ou seja, não fica claro para as mesmas, o seu papel e o porquê da ação/intervenção vinculada ao mapeamento territorial.

Outro fator que podemos mencionar é a compreensão diferenciada do que é o estudo territorial, tanto para a equipe técnica como para os agentes de proteção. Notamos no decorrer do processo da pesquisa, que essa diferenciação influencia na efetivação da proposta, quanto na intervenção/ação.

Embora as assistentes sociais definam o território como um espaço onde se estabelecem as relações de trabalho e convivência, sua intervenção é planejada e sistematizada através das regiões, considerando a noção de distrito como seu principal instrumento de ação.

Suas ações são fragmentadas espaços e mesmo existindo uma preocupação com as questões que envolvem a subjetividade e pertencimento do sujeito, sua ação é restrita, pontual e objetiva.

Os agentes de proteção social planejam suas ações mediante as características próprias da região de ação, ou seja, analisam as necessidades e viabilizam o acesso aos encaminhamentos e orientações.

Segundo o diretor geral da instituição a proposta de trabalho do PSR/Santo Amaro está intrinsecamente ligado ao estudo territorial como instrumento de trabalho e sem este instrumental não seria possível a realização do trabalho da equipe e principalmente das assistentes sociais.

As assistentes sociais afirmam estarem buscando sua própria identidade profissional para que a partir daí possam propor novas intervenções.

Como já citamos anteriormente, Faleiros enfoca uma análise institucional no que se refere à atuação dos atores nela envolvida, por outro lado Lamamoto explicita como um dos maiores desafios do Assistente Social viver o presente e desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho.

O estudo territorial ainda não é compreendido como uma ferramenta de trabalho das assistentes sociais, visto que o mesmo é elaborado pelos agentes e

coordenação do PSR/Santo Amaro. Acreditamos que se essa construção fosse compartilhada por toda a equipe (assistentes sociais, agentes e coordenação), sua efetivação e compreensão seriam naturalmente incorporadas ao processo de trabalho.

Pensarmos na nomenclatura do projeto - Presença Social nas Ruas, e na compreensão de território, como um lugar onde as relações sociais são estabelecidas, vividas e sonhadas, o estudo territorial embasado e construído a partir das próprias dificuldades encontradas, por todos os sujeitos envolvidos sejam estes usuários ou equipe técnica, contribuiria para a autonomia de ambos no sentido de pertencimento das relações subjetivas e objetivas da proposta do projeto.

## Considerações Finais

O objetivo desse estudo foi conhecer e analisar o estudo territorial do Instituto Santa Lucia – Presença Social nas Ruas - Santo Amaro e identificar como se dá a ação profissional do Assistente Social a partir de seu uso como um instrumental de intervenção profissional.

Os diversos conceitos de território trabalhados nesta produção nos remetem a maiores reflexões no que diz respeito ao território, a subjetividade e ao pertencimento dos sujeitos envolvidos.

Territorializar consiste em todo o movimento existente num espaço vazio e a partir das relações sociais que nele se desenvolvem, constituem o território.

A elaboração e gestão de políticas públicas, o planejamento de alternativas de intervenção mais efetiva, eficazes e eficientes podem ser desenvolvidos a partir do conhecimento do território, o qual possibilita a identificação das necessidades da população de determinada região.

Ao realizarmos essa pesquisa percebemos que o trabalho desenvolvido no Presença Social nas Ruas - Santo Amaro se dá a partir do estudo territorial e apesar das assistentes sociais definirem o território como um espaço onde se estabelecem as relações de trabalho e convivência, demonstrando a compreensão teórica do significado do estudo territorial, não observamos sua efetivação através da prática.

Suas ações são fragmentadas, restritas a demandas pontuais e mesmo existindo uma preocupação com as questões que envolvem a subjetividade e o pertencimento do sujeito, as possibilidades de intervenção proporcionadas pelo estudo territorial, e os resultados que poderiam ser obtidos para propor alternativas não são efetivados.

Outro aspecto a ser considerado é que o estudo territorial ainda não é compreendido ou utilizado como uma ferramenta de trabalho das assistentes sociais, tendo em vista que o mesmo já existia antes da inserção do Serviço Social na instituição e o fato de ser realizado pelos agentes e coordenação do PSR/Santo Amaro e não pelas assistentes sociais.

Nesse sentido, acreditamos que se toda a equipe (assistentes sociais, agentes e coordenação), participasse dessa construção, sua efetivação e compreensão seriam naturalmente incorporadas ao processo de trabalho.

As assistentes sociais ao registrar as informações colhidas, tabular os dados de atendimento e encaminhamentos, teriam subsídios para uma análise crítica da demanda, sugerindo ações integradas e articuladas com os demais equipamentos. Esse processo se daria através da construção de uma rede de parcerias, resultando em um trabalho efetivo do Serviço Social que utiliza o estudo territorial como instrumental de intervenção profissional.

## Referências Bibliográficas

BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T.; FURTADO, Odair. *Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia*. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BORDO, Adilson Aparecido et al. *As Diferentes Abordagens do Conceito de Território*. 10 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004. 37 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

DANELON, Fernanda. No olho da rua. *TRIP*, São Paulo, n. 167, p. 79 – 80, jun. 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. *O saber profissional e o poder institucional*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

HEIDRICH, Gerson. Entre o lado de cá e o lado de lá. “Paper” como exigência parcial para avaliação da disciplina de mestrado: Práticas Executivas, Territórios e Subjetivação. FEUSP, Set/2005.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Instituto Social Santa Lucia. Disponível em: <<http://www.santaluciasp.org>>. Acesso em 21 fev 2009.

KOGA, Dirce. *Medidas de Cidades: entre Territórios de Vida e Territórios Vividos*. São Paulo, Cortez, 2003.

KOGA, Dirce e RAMOS, Frederico. Território e Políticas Públicas. Trabalho com Famílias. Caderno 2, SAS/PMSP/PUC/São Paulo, p.54-76, 2003.

MOREIRA, I. **Itamar Moreira**: depoimento (jul. 2009). Entrevistadores: C. S. Lima, L. A. Souza e M. R. F. N. Rocha. São Paulo: Escritório Central Instituto Santa Lucia, 2009. 1 fita cassete ( 60 min.).

NAVARRETE, P. R. L. **Patrícia Regina Lima Navarrete**: depoimento (ago. 2009). Entrevistadores: C. S. Lima, L. A. Souza e M. R. F. N. Rocha. São Paulo: PSR Santo Amaro, 2009. 1 fita cassete ( 60 min.).

SANTOS, D. de O. **Daniele de Oliveira Santos**: depoimento (ago. 2009). Entrevistadores: C. S. Lima, L. A. Souza e M. R. F. N. Rocha. São Paulo: PSR Santo Amaro, 2009. 1 fita cassete ( 60 min.).

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e Concepções de Território.1.ed. São Paulo: Expressão Popular,2007.

Prefeitura da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spmb/mapas/0001>. Acesso em 14 mar. 2009.

**Anexo A – Termo de consentimento**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Assinatura do pesquisador responsável: \_\_\_\_\_

Universidade de Santo Amaro**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelas pesquisadoras Claudete Santos de Lima, Leandra Araújo de Souza e Maria do Rosário Fernandes Nogueira Rocha, dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade ou constrangimento.

Declaro ainda que recebi uma cópia deste Termo de consentimento.

São Paulo, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome e Assinatura

\_\_\_\_\_

Nome por extenso